

A FITOTERAPIA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA

PHYTOTHERAPY IN THE FORMATION OF THE NUTRITIONIST PROFESSIONAL

GLEYSON MOURA DOS SANTOS^{1*}, THAÍS ALVES NOGUEIRA², MÍSIA JOYNER DE SOUSA DIAS MONTEIRO³, MARYANNA TALLYTA SILVA BARRETO⁴, JANIKELE FERREIRA DE OLIVEIRA⁵

1. Nutricionista, Mestrando em Ciências e Saúde (PPGCS/UFPI), Pós-graduado em Fitoterapia Aplicada à Nutrição (UCAM); 2. Profissional de Educação Física, Mestranda em Ciências e Saúde (PPGCS/UFPI), Professora da Faculdade Estácio de Teresina; 3. Nutricionista; Mestranda em Ciências e Saúde (PPGCS-UFPI); Pós-Graduada em Nutrição Esportiva e Funcional (UNINOVAFAP); 4. Enfermeira, Mestranda em Ciências e Saúde (PPGCS/UFPI), Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho (IESM); 5. Enfermeira, Pós-graduada em Urgência e Emergência (FAEPI).

*Universidade Federal do Piauí, Pró-reitora de Ensino de Pós-graduação, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Ininga, Bloco 06, Teresina, Piauí, Brasil. CEP: 64049-550. g_leyson_moura@hotmail.com

Recebido em 10/10/2018. Aceito para publicação em 11/11/2018

RESUMO

O Conselho Federal de Nutrição (CFN) regulamenta que a prescrição de plantas medicinais e chás medicinais é permitida a todos os nutricionistas. Nesse contexto, torna-se de suma importância observar o ensino do conteúdo referente a Plantas Medicinais e Fitoterapia na formação do profissional nutricionista, tendo em vista que, este, mesmo sem especialidade, pode prescrevê-las. Portanto, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura a cerca da inserção da Fitoterapia nos cursos de nutrição. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica realizada nas bases de dados Pubmed, Lilacs e Google acadêmico, realizada nos meses de agosto a setembro de 2018, com a seguinte estratégia de busca: "Fitoterapia", "Ensino" e "Nutrição", nos idiomas português e inglês. Foram incluídos estudos sobre a temática realizados entre os anos de 2013 a 2018. Os resultados demonstraram que a prática da prescrição fitoterápica por nutricionistas observa-se prejudicada tendo em vista que esse tema não é muito abordado nas disciplinas na graduação que subsidiam a prescrição de fitoterápicos. Conclui-se que se faz necessário uma discussão sobre a inclusão desta temática na matriz curricular dos discentes, entre o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior, que ofertam este curso, contribuindo assim para a formação de profissionais atuantes na área de fitoterapia.

PALAVRAS-CHAVE: Fitoterapia, Ensino, Nutrição.

ABSTRACT

The Federal Nutrition Council (CFN) regulates that the prescription of medicinal plants and medicinal teas is allowed to all nutritionists. In this context, it is of paramount importance to observe the teaching of the content referring to Medicinal Plants and Phytotherapy in the formation of the professional nutritionist, considering that, even without specialty, can prescribe them. Therefore, this study aimed to carry out a review of the literature about the insertion of Phytotherapy in nutrition courses. This is a bibliographic review study carried out in Pubmed, Lilacs and Google academic databases, conducted from August to September 2018, with the following search strategy: "Phytotherapy", "Teaching" and "Nutrition", in Portuguese and English. We included studies on the subject between the years of 2013 to

2018. The results demonstrated that the practice of phytotherapeutic prescription by nutritionists had been impaired considering that this topic is not much approached in undergraduate subjects that subsidize the prescription of herbal medicines. It is concluded that it is necessary to discuss the inclusion of this theme in the curricular matrix of the students, between the Ministry of Education and Higher Education Institutions, which offer this course, thus contributing to the training of professionals working in the field of herbal medicine.

KEYWORDS: Phytotherapy, Teaching, Nutrition.

1. INTRODUÇÃO

O governo brasileiro despertou interesse com as ações das práticas integrativas e complementares (PICs), de tal modo que o Ministério da Saúde (MS) implantou regulamentações que estimulam à difusão da medicina complementar nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo como premissa de que as políticas de saúde se materializam na ponta do sistema por meio de ações dos diversos atores sociais, merecendo, assim, atenção para o surgimento de novas práticas de saúde distintas da ideologia médica ocidental tradicional¹.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) constatou que essas práticas não convencionais de saúde estão em ascensão, ganhando espaço no tratamento de indivíduos de modo a complementar às terapias medicamentosas alopáticas². Dentre estas, destaca-se a área da fitoterapia, na qual se caracteriza pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas³.

As iniciativas para desenvolvimento de políticas e programas com ênfase nessa área contemplaram às diretrizes e recomendações preconizadas de várias conferências e da OMS. As consequências de ações decorrentes dessas políticas culminaram, em 2006, no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) agregando ações, gestores, órgãos envolvidos, prazos e origem dos recursos para implantação, com cobertura em todo sistema produtivo

de fitoterápicos⁴.

Segundo Barreto (2015)⁵, para a ideal e ampla implementação dessas políticas, bem como do Programa, se faz necessária ação conjunta, envolvendo todos os profissionais da área da Saúde, quer sejam prescritores, cuidadores, educadores ou pesquisadores. Contudo, percebe-se que mesmo após 10 anos de publicação das políticas e a implantação das PICs em diversos serviços públicos de saúde, muitos cursos de graduação da área não contemplam em seu ementário disciplinas ou conteúdos (principalmente no fluxo obrigatório) para discussão do tema, sendo uma barreira que impossibilita e/ou dificulta a formação de profissionais com perfil para prescrição, orientação, manipulação e desenvolvimento de fitoterápicos.

A ementa da Resolução nº 556, de 2015 do Conselho Federal de Nutrição (CFN) regulamenta que a prescrição de plantas medicinais e chás medicinais é permitida a todos os nutricionistas, ainda que sem título de especialista e a prescrição de medicamentos fitoterápicos, de produtos tradicionais fitoterápicos e de preparações magistrais de fitoterápicos, como complemento de prescrição dietética, é permitida ao nutricionista desde que seja portador do título de especialista em Fitoterapia⁶.

Nesse contexto, torna-se de suma importância observar o ensino do conteúdo referente a Plantas Medicinais e Fitoterapia na formação do profissional nutricionista, tendo em vista que, este, mesmo sem especialidade, pode prescrevê-las. Portanto, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura a cerca da inserção da Fitoterapia nos cursos de nutrição.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, no qual se caracteriza na análise e descrição de um dado tema com base na literatura atual. Para identificar os artigos acerca do assunto, realizou-se busca nas bases de dados Pubmed e Lilacs, além da ferramenta de pesquisa Google acadêmico, de agosto a setembro de 2018, com a seguinte estratégia de busca: “Fitoterapia”, “Ensino” e “Nutrição”. Foram utilizados termos em português e inglês. Realizou-se também buscas manuais nas referências utilizadas na lista de referências bibliográficas dos artigos encontrados.

Para a inclusão dos artigos, foram empregados os seguintes critérios: estudos cujo objetivo se tratava diretamente sobre o escopo deste trabalho, com metodologia claramente descrita, publicados em periódicos na língua inglesa ou portuguesa no período de 2013 a 2018, com textos disponíveis na íntegra. Foram excluídos estudos cujo desfecho não se tratava diretamente sobre o tema deste trabalho. Após a consulta às bases de dados e a aplicação das estratégias de busca, foram feitas leituras dos títulos dos artigos de forma a identificar aqueles estudos que apresentavam conformidade com a temática trabalhada. Em seguida, foram lidos todos os resumos resultantes. Nos casos em que a leitura do resumo era suficiente, os artigos eram selecionados e então obtidos a versão integral para

confirmação de elegibilidade e inclusão no estudo.

3. DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Os estudos que nortearam esta revisão caracterizavam-se em sua maioria do tipo transversal, descritivo, qualitativo e quantitativo.

Moura *et al.* (2016)⁷ ao realizarem um estudo para verificarem o conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos com acadêmicos de nutrição, observaram que dos participantes, apenas 75,68% sinalizam que conhecem o conceito de fitoterapia e na concepção da minoria (33,7%), fitoterápico é o medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais, cuja eficácia e segurança são validadas por meio de levantamentos etnofarmacológicos. Em relação à eficácia, indicação e forma de obtenção do conhecimento sobre fitoterápicos, 94,59% acredita na eficácia dos fitoterápicos, 56,76% já indicaram fitoterápicos. 38,10% dos estudantes informaram que o conhecimento sobre o tema foi adquirido por indicação de amigos, vizinhos e parentes.

Ainda segundo os mesmos autores, 83,78% dos entrevistados em seu estudo informaram que não acham segura a prescrição por profissionais sem especialização a cerca do tema; 86,49% referiram não possuir conhecimento para prescrever o uso de um fitoterápico, e que o uso é principalmente devido influência da mídia (72,97%).

Nesse contexto, observa-se que o ensino da Fitoterapia nos cursos de Nutrição pouco contribui para o conhecimento deste profissional nessa área de atuação, evidenciando dessa forma, que cabe ao profissional diante da necessidade aprofundar-se mais sobre o tema, recorrendo a cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), ou a cursos de extensão ou treinamento para diminuir um “espaço” transpassado na graduação.

Segundo Camargo & Pereira (2013)⁸ o nutricionista, enquanto profissional da saúde, tem papel relevante na utilização dos recursos oferecidos pela fitoterapia. Entretanto, por ser um tema ausente ou abordado de forma superficial na matriz curricular do curso de graduação em nutrição, a realização de práticas nessa área requer uma reflexão de aspectos relacionados ao desempenho profissional.

No estudo de Barreto & Silveira (2014)⁹ ao estudarem a inclusão da fitoterapia no currículo dos cursos de graduação em saúde, destacaram em seus resultados a necessidade de mudanças urgentes na educação fornecidas por instituições de ensino superior que oferecem cursos relacionados à área da saúde. Pois segundo estes autores, sem a inclusão desta temática nos currículos de graduação, são difíceis de obter e manter profissionais qualificados nesta área.

Em relação ao curso de nutrição especificamente, os mesmos autores demonstraram que embora a farmacognosia seja considerada uma disciplina exclusiva dos currículos de Farmácia e Ciências Farmacêuticas, os currículos de Nutrição de uma universidade avaliada em seu estudo, oferecia esta disciplina como ementa obrigatória. Os pesquisadores

ainda relataram que das IES pesquisadas, 36 ofereceram disciplinas eletivas sobre plantas medicinais e fitoterapia. A avaliação dos conteúdos programáticos mostrou que várias questões foram abordadas sobre práticas integrativas, sendo abordadas através de terapias complementares e alternativas em nutrição, fitoterapia aplicada à nutrição e práticas alternativas.

Ao agregar a fitoterapia a sua prática profissional, ainda que recomendada por organismos internacionais e regulamentada pelo Ministério da Saúde, o Nutricionista assume passar por um novo momento de qualificação, para que os objetivos de segurança e eficácia propostos pela Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos sejam alcançados. Essas condições são fundamentais quando se trata de prática que tem base teórica própria, e reconhecidos efeitos adversos e interação com outras plantas, medicamentos e alimentos⁸.

Dessa maneira, é imprescindível que o nutricionista saia da graduação, para prestar os cuidados ao paciente por meio da fitoterapia. Sendo assim, a inclusão da disciplina no curso se faz importante, de forma a contribuir para embasamento científico, tornando os profissionais de nutrição aptos e preparados para lidar com o uso e avaliar os teores dos princípios ativos, possibilitando a aplicação da medicina alternativa na assistência em saúde.

Tendo em vista que, para a prescrição de fitoterápico é necessário domínio do vasto conhecimento relacionados à área, como a cuidadosa análise do efeito terapêutico, avaliação de dosagem, forma de apresentação, duração do tratamento, dos efeitos colaterais adversos, interações com medicamentos, outros fitoterápicos e alimentos, pois as interações desencadeiam efeitos duplicados, opostos, alterações na absorção, no metabolismo e na excreção, ou seja, todas essas interações influenciam na eficácia do tratamento, podendo implicar toxicidade, ineficácia do tratamento, deficiências nutricionais entre outras consequências¹⁰.

Siqueira & Martins (2018)¹¹ ao estudarem a percepção e adequação à prática da prescrição fitoterápica por nutricionistas observaram que metade não realizou curso de aperfeiçoamento em fitoterapia, e 87,5% não tiveram disciplinas na graduação que subsidiaram a prescrever fitoterápicos, mas a maioria realiza prescrição para os casos de obesidade (emagrecedor), moderador de apetite, ansiedade, compulsão, insônia, dispepsia, retenção hídrica, constipação/diarreia, má digestão, hepatoprotetor.

Na literatura atual, observa-se que a dificuldade em prescrever fitoterápicos devido à ausência de disciplinas que abordem a fitoterapia na graduação é muito comum entre os profissionais de saúde.

Salles, Homo e Silva (2014)¹² observaram em cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina, que poucas as instituições oferecem disciplinas relacionadas com as PICs, embora elas façam parte da Política Nacional de Saúde e sejam

reconhecidas integralmente pelos seus respectivos conselhos profissionais. Esse fato torna clara a existência de brecha na aprendizagem do profissional de saúde, que diminui sua área de atuação com as práticas propriamente, e também na orientação que deveria fazer ao seu paciente interessado em discutir e/ou utilizar tais práticas.

Esse fato também foi mencionado por profissionais de saúde de uma Unidade de Saúde Básica (USB) da cidade de Juiz de Fora, onde a maioria alegava que, durante a graduação, não foi abordado o tema sobre plantas medicinais e Fitoterapia ou, quando houve alguma discussão, foi insuficiente para agregar conhecimento científico¹³.

Nesse contexto, haja vista a inserção de temas voltados para os fitoterápicos associa-se a importância de reformulações na formação dos profissionais de saúde como fortalecimento de conteúdo¹⁴.

Desta forma, o ambiente acadêmico é o local apropriado para novas discussões. Assim, os futuros profissionais através do conhecimento didático em fitoterapia poderiam ir ao encontro do que há de novo, possibilitando a formação de opiniões frente às informações adquiridas em meio leigo. Além do que, o conhecimento do profissional a respeito das plantas medicinais garante ao usuário a escolha de fazer ou não tratamento com fitoterápicos, o que mantém o princípio da autonomia¹⁵.

4. CONCLUSÃO

Portanto, observou-se que a formação do profissional nutricionista em plantas medicinais e fitoterapia se apresentam de forma preocupante no atual contexto das práticas interativas complementares. Desta forma, faz-se necessário uma discussão sobre a inclusão desta temática na matriz curricular dos discentes, entre o Ministério da Educação e as instituições de ensino superior, que ofertam este curso, contribuindo assim para a formação de profissionais atuantes na área de fitoterapia.

REFERÊNCIAS

- [1] Andrade JT, Costa LFA. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica. *Saúde e Sociedade*, 2010; 19(3): 97-508.
- [2] Organização Mundial De Saúde – OMS. *Traditional medicine: definitions*, 2008.
- [3] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS*. Brasília: MS; 2006.
- [4] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos*. Brasília: MS; 2009.
- [5] Barreto BB. *Fitoterapia no conteúdo dos cursos de graduação da área de saúde: importância para a formação de profissional qualificado*. [Tese] Brasília: Universidade de Brasília; 2015.
- [6] Brasil. Resolução do CFN nº 556, de 11 de Abril 2015.

- Acrescenta disposições à regulamentação da prática da Fitoterapia para o nutricionista como complemento da prescrição dietética. Diário Oficial da União nº 90, 14 de maio de 2015, seção 1, p. 97. 2015.
- [7] Moura ASC, Araújo LG, Branco ACSC, Carvalho LMF. Conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos: um estudo com acadêmicos de nutrição. *Revista Interdisciplinar*, 2016; 9(3): 18-25.
- [8] Camargo S, Pereira VBL. A prática da Fitoterapia pelo Nutricionista – algumas reflexões. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*, 2013; 5(1): 69-72.
- [9] Barreto BB, Silveira D. Inclusion of courses on phytotherapy in undergraduate curriculum of health-related courses. *Journal of Medicinal Plant Research*, 2014; 8(47): 1374-1386.
- [10] Fukumasu H, Latorre AO, Bracci N, Górnaiak SL, Dagli MLZ. Fitoterápicos e potenciais interações medicamentosas na terapia do câncer. *Revista Brasileira de Toxicologia*, 2008; 21(2): 49-9.
- [11] Siqueira ABL, Martins RD. Prescrição fitoterápica por nutricionistas: percepção e adequação à prática. *Vittalle – Revista de Ciências da Saúde*, 2018; 30(1): 72-83.
- [12] Salles LF, Homo RFB, Silva MJP. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. *Cogitare Enfermagem*, 2014; 4(1): 41-6.
- [13] Barreto BB. Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde: a visão dos profissionais envolvidos. [Dissertação] Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2011.
- [14] Pinheiro ARO, Recine E, Alencar B, Fagundes AA, Sousa JS, Monteiro RA *et al.* Percepção de professores e estudante em relação ao perfil de formação de nutricionista em saúde pública. *Revista de Nutrição*, 2012; 25(5): 631-643.
- [15] Feitosa MHA, Soares LL, Borges GA, Andrade MM, Costa SM. Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2016; 40(2): 197 – 203.